



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MINUTA DE DECRETO

Campinas, 11 de setembro de 2025.

MINUTA DE DECRETO MUNICIPAL

Dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das emendas individuais ao orçamento público municipal para alocação de recursos em favor da Secretaria Municipal de Saúde e de seu respectivo fundo, tendo como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde - SUS

O Prefeito Municipal de Campinas, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 166, §§ 9º a 20 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, inciso VIII e no art. 168, o § 6º, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 43 e 44 da Lei Municipal nº 16.779, de 16 de julho de 2025, que *"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2026 e dá outras providências"*;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 02/12/2024, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 854;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos para operacionalização de emendas individuais que tenham como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º A Administração Pública Municipal disponibiliza sistema informatizado com os valores destinados a cada Vereador, através do qual o parlamentar realiza a indicação das emendas impositivas para os órgãos da administração direta e indireta, bem como para as Organizações da Sociedade Civil.

Parágrafo único. A distribuição dos créditos parlamentares ocorre a partir da publicação do Decreto Municipal de execução orçamentária e financeira do exercício de 2026, permitindo o início do processamento das emendas pelos órgãos processadores.

Art. 3º Os recursos indicados poderão ser destinados às entidades sem fins lucrativos que complementem a oferta de ações e serviços públicos de saúde e que possuam convênio firmado com o Município de Campinas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os autores das emendas individuais, que tenham como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde - SUS, deverão indicar ou atualizar, nos prazos estabelecidos no art. 43 da Lei Municipal nº 16.779, de 2025, os beneficiários e a ordem de prioridade de suas emendas diretamente no sistema disponibilizado pela Administração Municipal para cadastramento das emendas.

Art. 4º Para serem beneficiadas, as entidades privadas sem fins lucrativos dependem da comprovação dos seguintes requisitos através de processo instaurado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI):

I – regularidade relativa à Seguridade Social de que trata o § 3º do art. 195 da Constituição Federal;

II – verificação de que não constam na relação das entidades proibidas de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições, mediante a extração da Certidão Negativa de contas julgadas irregulares da pessoa jurídica e da pessoa física de seu(s) dirigente(s) pelo link <https://www.tce.sp.gov.br/certidoes>;

III – compatibilidade dos objetos e das ações propostas com o cronograma de execução dos Planos de Trabalho dos ajustes vigentes, que tenham a previsão de repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares;

IV – regularidade na apresentação da prestação de contas financeiro-contábil, dentro dos prazos estabelecidos nos ajustes vigentes firmados com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

V – aprovação do Plano de trabalho pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os art. 5º e 6º deste Decreto;

VI – comprovação de cumprimento dos objetos e das ações propostas, na conformidade do cronograma de execução dos Planos de Trabalho dos ajustes vigentes que tenham a previsão de repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares.

Parágrafo único. O cumprimento dos requisitos estabelecidos nesse artigo deve ser aferido pelos gestores municipais previamente à análise da proposta no sistema e à transferência dos recursos financeiros às entidades.

Art. 5º O plano de trabalho é obrigatório e está condicionado à apresentação, no momento da indicação da proposta no sistema, e à aprovação pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O plano de trabalho deve ser elaborado pelo proponente, individualizado por emenda, e deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - descrição do objeto;

II - justificativa;

III - descrição das metas;

IV - descrição da aplicação das despesas, através de Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros anexo ao Plano de Trabalho; e

V - informações de conta corrente específica por emenda.

§ 2º Qualquer impropriedade ou imprecisão constatada no plano de trabalho será comunicada ao proponente, que deverá saná-la no prazo estabelecido, e a não realização das

complementações ou ajustes solicitados, ou sua realização fora dos prazos previstos, poderá caracterizar impedimento técnico.

§ 3º O Plano de Trabalho e seus anexos, aprovados, serão utilizados oportunamente para a formalização do aditamento ou formalização de novo ajuste com a entidade, não podendo sofrer alterações, em especial relacionadas ao objeto, bem como às metas e ações previstas.

Art. 6º Para garantir a elegibilidade ao recebimento dos recursos de que trata este Decreto, a entidade beneficiária deve demonstrar a convergência do Plano de Trabalho com os seguintes requisitos:

I - compatibilidade com os instrumentos de planejamento do SUS e governamentais, incluindo a compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, buscando assegurar que o atendimento das necessidades de saúde da população esteja em conformidade com os objetivos estabelecidos; e

II - coerência com o Plano Municipal de Saúde, de modo a adequar sua articulação com o planejamento estratégico do SUS; e

III- prioridade ao atendimento de demandas reprimidas indicadas pelos órgãos técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A execução deverá ser devidamente registrada e justificada no Relatório Anual de Gestão - RAG, promovendo a transparência e a prestação de contas, bem como, observar as normas e regras que regem os ajustes firmados para o repasse dos recursos.

Art. 7º É vedada a aglutinação de emendas individuais na apresentação das propostas e respectivos Planos de Trabalho e seus anexos.

Art. 8º As emendas individuais que beneficiem entidades sem fins lucrativos serão aprovadas, na totalidade, até o limite de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o valor destinado a ações e serviços públicos de saúde equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida constante no Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo, nos termos do § 6º do art. 168 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Os restantes 60% deverão ser destinados a ações e serviços públicos de saúde executados pela Administração Direta Municipal de Campinas e Autarquia Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência Hospitalar.

Art. 9º Sem prejuízo da observância do limite total estabelecido no art. 8º, os valores máximos destinados a cada uma das entidades beneficiadas não poderão exceder:

a) ao montante de 100% (cem por cento) da produção aprovada na média e alta complexidade da unidade, apurada no período de 2024, segundo o Sistema de Informação Ambulatorial - SIA e o Sistema de Informação Hospitalar - SIH, que compõem a base nacional de informações do SUS, e de acordo com a gestão municipal, conforme segue:

CNES	ENTIDADE	VALOR
0747939	CASA DA GESTANTE	R\$ 34.030,00

2022621	MATERNIDADE DE CAMPINAS	R\$ 11.815.082,98
2022648	HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS	R\$ 3.112.530,43
2075849	APAE CAMPINAS	R\$ 3.490.121,81
2075857	FUNDACAO SINDROME DE DOWN CAMPINAS	R\$ 569.293,94
2078465	REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	R\$ 12.428.570,76
2079003	SERVICO DE SAUDE DR CANDIDO FERREIRA	R\$ 718.886,40
2082128	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO	R\$ 77.141.608,90
3254631	FUNDACAO PENIDO BURNIER CAMPINAS	R\$ 4.219.825,79
3448711	POLICLINICA DA ESCOLA DE CIENCIAS DA VIDA PUC CAMPINAS	R\$ 3.165.769,08
3992918	CASA DA CRIANCA PARALITICA DE CAMPINAS	R\$ 890.880,24
9315047	HOSPITAL SAO LEOPOLDO MANDIC AMBULATORIO UNIDADE CAMP	R\$ 114.781,64
9894950	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE CAMPINAS	R\$ 414.449,37

Fonte: <https://portalfns.saude.gov.br/ministerio-da-saude-define-diretrizes-para-aplicacao-de-emendas-individuais-no-sus-em-2025/>

b) ao montante do teto anual estabelecido pelo Ministério da Saúde para a execução do projeto ou programa, nos casos em que não for identificado o registro de produção nos sistemas de informação, em razão de impedimento decorrente da política de saúde pública instituída, conforme segue:

CNES	ENTIDADE	VALOR
9868453	SERVICO DE ASSISTENCIA AOS ENFERMOS GRUPO VIDA	R\$ 252.000,00

Fonte: Portaria GM/MS Nº 1.136 de 20 de maio de 2022, disponível <https://www.saude.sp.gov.br/ses/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2022/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-n-99-26052022> e Deliberação CIB nº 114 de 26 de agosto de 2024, disponível em <https://www.doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-saude/deliberacao-cib-n-114-de-26-de-agosto-de-2024-2024082611367203538866>

Art. 10. Os recursos do incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar, ambulatorial ou polo de prevenção de doenças e agravos, e promoção da saúde serão destinados à ampliação da oferta, garantindo a prioridade ao atendimento de demandas reprimidas, a partir do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas que atendam às necessidades assistenciais e à qualificação dos serviços indicadas pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º As metas quantitativas poderão englobar o atendimento a necessidades pontuais como a redução da fila da regulação, devendo estar de acordo com o Plano Municipal de Saúde e com a Programação Anual de Saúde.

§ 2º As metas qualitativas poderão considerar, dentre outras, o aperfeiçoamento de práticas e condições de funcionamento das unidades, como implantação de protocolos, adoção de políticas de humanização, tempo médio de realização de procedimentos.

§ 3º Os convênios já existentes observarão o caráter temporário dos recursos financeiros a serem transferidos, para o estabelecimento de compromissos e metas que não ocasionem ampliação permanente dos recursos à entidade conveniada.

Art. 11. Consideram-se impedimentos de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira da emenda parlamentar, aqueles previstos no art. 44 da Lei Municipal nº 16.779, de 2025, além da inobservância dos requisitos e limites previstos neste Decreto, em especial nos artigos 8º, 9º e 10.

Art. 12. Os recursos de investimento poderão ser destinados à aquisição de equipamentos e mobiliários pelas entidades conveniadas, desde que tenham como finalidade o atendimento às necessidades assistenciais indicadas pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º A aquisição deve garantir a ampliação da oferta no convênio assistencial vigente, vedada a aquisição de bens móveis para a mera renovação ou atualização do conjunto de mobiliário, equipamentos e sistemas tecnológicos da entidade.

§ 2º Os valores e os descritivos devem observar, no mínimo, as especificações que constam do Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (SIGEM) do Ministério da Saúde, ou outro indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º Os bens móveis adquiridos pela entidade conveniada serão doados ao Município, mediante assinatura de Termo de Doação, lavrado concomitantemente ao Termo de Permissão de uso dos bens móveis à entidade.

§ 4º Os bens móveis permanecerão em posse da entidade conveniada, que garantirá sua vigilância, controle patrimonial e fiscalização, até o término da relação convenial, ocasião em que deverão retornar à Administração Pública Municipal.

§ 5º Apurado, na aquisição dos bens móveis, valor menor que o montante total repassado pelo Município, a diferença deverá ser devolvida pela entidade em conta bancária a ser indicada pelo Fundo Municipal de Saúde.

§ 6º Apurado, na aquisição dos bens móveis, valor maior que o montante apontado no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (SIGEM) do Ministério da Saúde ou repassado pelo Município, a diferença será custeada pela entidade.

§ 7º Fica vedada a aquisição de veículos automotores e a execução obras civis com recursos de emendas individuais destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos na execução orçamentária de 2026.

Art. 13. A entidade providenciará a abertura de conta corrente específica para o recebimento de cada uma das emendas individuais.

Parágrafo único. A execução dos recursos financeiros deverá ser realizada exclusivamente nas contas correntes específicas abertas para recebimento de recursos de

emendas de que trata este Decreto, inclusive nos casos previstos no § 6º do art. 12.

Art. 14. Para cumprimento do princípio da transparência, a entidade conveniada deverá garantir, em seu Portal de Transparência na internet, a divulgação de todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas, e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados, custeados com recursos públicos, com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal, e identificação dos valores recebidos e aplicados oriundos de emendas individuais.

Parágrafo único. A entidade deverá informar ao órgão transferidor de recursos o endereço na internet para acesso às informações de que trata o caput.

Art. 15. É vedada a utilização de recursos provenientes de emendas individuais para custear despesas relacionadas ao pagamento de pessoal, incluindo encargos sociais.

Art. 16. Eventual remanescente, por economia nas contratações ou demais ajustes, não poderá ser utilizado pelo órgão ou unidade orçamentária responsável ou pela entidade privada beneficiada, devendo retornar ao Tesouro Municipal.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Procurador(a)**, em 12/09/2025, às 15:53, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16140913** e o código CRC **995A9AF7**.